

A demografia do Porto no início da Idade Moderna

The demography of the Oporto city in the early modern age

FABIANO FERRAMOSCA

Técnico Superior na Faculdade de Letras da Universidade do Porto

fabiano.ferramosca@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9506-5602>

Artigo entregue em: 22 de agosto de 2023

Artigo aprovado em: 5 de março 2024

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estudar a demografia da cidade do Porto na década de 1520. A fonte utilizada é primordialmente “O Livro da Abertura da Rua das Flores” (de 1521-1527), que divide os habitantes em diversas categorias fiscais e por circunscrições; iremos assim quantificar os habitantes de acordo com essas categorizações, detetando disparidades de riqueza nas diferentes partes da cidade, o peso da finta para o orçamento doméstico e finalmente calcular o crescimento da população desde 1438.

PALAVRAS-CHAVE: Demografia; Idade moderna; Porto; Século XVI.

ABSTRACT

This work pretends to study the demography of the Oporto city in the 1520's. The main source used is “O Livro da Abertura da Rua das Flores” (from 1521-1527), that divides the population in different tax-payers categories and by

circumscriptions; we will this way quantify the population using those criteria, find the economical differences in the various parts of the city, the weight of the tax for tax-payers and finally calculate the grow of the population since 1438.

KEYWORDS: Demography; Modern age; Oporto; XVI century.

Introdução

A segunda metade do século XV e o XVI representou um período de grande transformação e dinamismo em Portugal do ponto de vista económico, social e cultural, acompanhado por um forte crescimento da população que inverteu o que tinha sido a tendência de contração demográfica do século e meio anterior (Rodrigues et al., 2008). No entanto, são escassas as fontes existentes com dados demográficos que permitam efetivamente conhecer os valores reais da população para o período referido. Para a cidade do Porto existe uma fonte que irá ser utilizada neste estudo para procurar colmatar essa lacuna. Assim, pretende-se estudar a demografia do Porto no início da Idade Moderna utilizando como fonte principal “O Livro da Abertura da Rua das Flores”. Esta fonte fiscal foi criada para registar o lançamento de um imposto para o pagamento das obras de construção de uma nova rua. Neste livro, a cidade está dividida em onze circunscrições, e em cada circunscrição, os habitantes estão divididos em duas categorias principais: os contribuintes que pagam a finta e os isentos (ambas estão por sua vez subdivididas em outras, que irão ser examinadas posteriormente). Este estudo irá procurar quantificar a população registada na cidade do Porto quer nas suas diversas circunscrições fiscais, quer na globalidade, fazendo também a análise quantitativa dos dois grupos fiscais segundo essas divisões; esta metodologia irá permitir detetar disparidades de riqueza e de ocupação e variação populacional nas diferentes circunscrições da cidade. Finalmente, comparando os valores pagos pelos contribuintes com tabelas de salários e bens, é mostrado o peso que o imposto tinha no orçamento doméstico.

1. O livro da abertura da Rua das Flores

Em 1521, D. Manuel I ordenou a construção de uma nova rua no Porto quer para embelezar a cidade, quer para facilitar o tráfego da cidade; essa rua

denominada “Rua de Santa Catarina das Flores”, com o tempo ficaria conhecida apenas por Rua da Flores, uma das principais artérias da cidade (Santos, 2010).

Para obter os fundos para a sua construção foi lançada uma finta (um imposto excecional para um determinado fim, em que todos os contribuintes registados pagariam um valor fixo) que ficou assente no “livro da abertura da rua fermosa das flores”. Desconhece-se a data exata da sua elaboração (no registo do arquivo consta a data de 1521-1527); sabendo que a ordem de construção foi dada em 1521, a finta deve ter sido lançada nos anos seguintes sem se poder precisar a data (Oliveira, 1973, pp. 242-246). As obras duraram diversos anos (Afonso, 2012), mas desconhecemos se existiram mais fintas, ou se foi lançada apenas uma.

O mesmo problema se levanta em relação ao livro em si: foi elaborado a partir de uma lista existente ou foi criado especificamente para esta finta? Um século antes (1439), para a construção de outra rua, um livro semelhante fora elaborado e este fazia menção a dados anteriores, o que pressupunha já outras listas. Existiria uma cadeia de relação entre ambos, com listas periodicamente atualizadas, tendo começado antes de 1439, prolongando-se depois no tempo até data incerta só restando por puro acaso estes dois exemplares? Não temos forma de o saber. No entanto, os formatos são demasiado semelhantes para serem mera coincidência (nome da circunscrição, listas de nomes, estatuto e valor pago), mesmo que tenham algumas diferenças.

Estes dois livros mostram um profundo conhecimento do espaço e do tempo (e dos homens e mulheres) que estavam sob a alçada do poder concelhio. Os livros são assim instrumentos de trabalho da burocracia e um meio para atingir os fins propostos, o de contabilizar os contribuintes para assim poder pagar a rua (Fossier et al., 2019), mas também uma manifestação do poder da administração que procura adquirir um monopólio não apenas da violência física, mas também do consentimento das pessoas submetidas à alçada do seu poder (Bourdieu, 2014). Esses livros faziam assim parte de uma longa tradição em Portugal, que vira outros documentos de uma natureza semelhante serem criados (mesmo que para fins diferentes): inquirições, contos de besteiros, diversos registos de taxas, etc.

O livro da abertura da Rua das Flores foi elaborado assim por ordem do Rei pela câmara do Porto, sendo um documento administrativo que como dissemos procura registar os contribuintes. Dispomos de muito poucas informações sobre como era elaborado; no entanto, a partir da própria natureza da informação facultada e de outras listas semelhantes, podemos tentar reconstituir o processo.

Existia um escrivão responsável pelo registo (pela consistência da letra, ao longo do livro, podemos deduzir que foi apenas um). Para obter os dados

sobre os contribuintes (e os isentos), o escrivão contava com o apoio de representantes locais (os jurados) que lhe forneciam as informações para a sua localidade, e entregavam as quantias correspondentes¹.

Nesse livro estão registadas as divisões fiscais do termo do Porto, numa vasta área que vai desde as vizinhanças de Vila do Conde (a norte), até perto de Santa Maria da Feira (a sul). A cidade aparece dividida em diferentes circunscrições que são identificadas por vezes pelo nome de uma porta de muralha e outras por nomes de ruas (infelizmente isso só nos dá de uma forma muito vaga as dimensões dessas circunscrições, sendo impossível fazer comparações das áreas ocupadas de forma rigorosa; pior ainda, alguns dos nomes são ilegíveis, o que dificulta a identificação dessas divisões). Estão também registados os nomes dos habitantes com o valor que pagaram ou no caso de não o fazerem, o seu estatuto. Aproveitando esse fato, iremos assim estudar a demografia da cidade do Porto em si nas circunscrições, para elaborar o perfil social dessas zonas.

O pagamento da finta era feito de uma única vez; os que a pagavam, estavam divididos em duas categorias: os “inteiros” que pagavam quinze reais (era escrito o nome e à frente a quantia paga) sendo exclusivamente homens e os “cabaneiros” que pagavam metade, sete reais e meio (por se considerar que os seus rendimentos não lhes possibilitava o pagamento integral - neste caso, aparecia o nome, à frente escrito cabaneiro e depois o valor pago), podendo incluir homens e mulheres (estas deveriam ser viúvas ou solteiras a residir sós). Essas quantias eram iguais às exigidas aos contribuintes do termo.

Os que não pagavam eram um grupo heterogéneo. O primeiro grupo é o dos cidadãos. Eram uma minoria na cidade que elegia os detentores dos principais cargos concelhios que governava a cidade (Machado, 1997), pertencendo esses detentores a um grupo ainda mais restrito de famílias abastadas; outro grupo (mas ligado aos cidadãos) era constituído pelas viúvas dos cidadãos: embora pertençam ao mesmo grupo social, optámos por separá-lo dado que o escrivão tomou essa opção.

Um terceiro grupo de isentos é o dos pobres. Com efeito, estes não tinham rendimentos que lhes permitissem pagar a finta.

Mais complicado é uma multiplicidade de nomes que aparecem sem terem pago mas sem uma justificação consistente, que representam 10% (na tabela 2 surgem com a designação “não paga”). Qual o motivo? Seriam um grupo privilegiado que dispensava o registo (algo que duvidamos dado o escrivão ser

¹ É difícil responder sobre qual o grau de fiabilidade dos dados: é provável que existissem fraudes e erros; no entanto, em outras fintas, lemos correções dos escrivães de erros detetados. É de supor que existiriam mecanismos de controlo para esta finta também.

tão meticuloso)? Pessoas que não puderam pagar por qualquer motivo na data acordada ou que ainda faltava confirmar (neste caso seria uma simples questão de método por parte do escrivão)? Os clérigos que estão aparentemente ausentes da lista (mas nesse caso seria de esperar que tivessem uma indicação para além do nome)? Sem mais informações, não se pode tirar qualquer ilação e decidimos por isso colocá-los como grupo à parte dentro dos isentos.

Finalmente temos os nomes de algumas pessoas que têm à frente escrito “finado” (ou seja, falecido) e decidimos não os incluir. O seu número baixo (três) dá-nos informações, mas levanta problemas. Esse registo é provavelmente uma atualização de uma lista dos contribuintes. Mas de quando? Dado o seu baixo número, esta lista deveria ter sido atualizada a partir de outra muito recentemente, pois custa-nos acreditar que durante um ano (ou mais), a cidade tivesse tido apenas 3 falecimentos. Mas quão recentemente? Algumas semanas? Dias? Não temos forma de o saber. Decidimos então que colocar esse número nas estatísticas sem possuir mais informações, não traria qualquer benefício para o estudo em causa.

Assim, podemos concluir que existia uma lista de nomes prévia e que o contacto com a realidade do pagamento, implicava a sua atualização periódica.

A lista de nomes coloca questões interessantes. É uma lista que servia como fonte fiscal obviamente, mas considerou-se que para além de ter de se registar os que pagavam e os que eram demasiado pobres, foram incluídos também os que tendo direito de cidade, estavam isentos (assim como as viúvas que mantinham esse privilégio), assim como numerosos outros casos.

Sabemos que existem certas camadas da população que não aparecem como os clérigos. Isso levanta a questão de saber porque é que determinados privilegiados aparecem na lista (como os cidadãos) e outros não; será que os cidadãos estariam dispensados desta finta mas não de outras taxas e portanto eram registados na mesma? Ou seria para outros fins? De qualquer modo, dado que representavam na prática unidades económicas autónomas, que provavelmente viviam na sua própria casa, permitem-nos alargar a visão do espectro social da cidade.

A realidade descrita dos isentos na cidade do Porto é bastante mais complexa do que a do termo (neste, eram unicamente registados os pobres, não havendo indicação dos privilegiados) (Ferramosca, 2021). Sabemos que quer na cidade quer no Termo existiam clérigos (que nunca são indicados) e no termo existiam nobres que também não são registados (na cidade do Porto nunca poderiam ser registados nobres, uma vez que os costumes da cidade impediam a sua residência); assim esta lista está de algum modo incompleta para mostrar o completo retrato social da cidade.

As crianças não são registadas e as mulheres casadas também não, dado que o responsável pelo pagamento seria o marido; as mulheres só surgiriam registadas se estivessem a viver de forma independente (no caso de serem solteiras a viver sozinhas ou viúvas, sendo então registadas como cabaneiras); as viúvas dos cidadãos eram registadas, mas como atrás indicámos, estavam isentas do pagamento.

O lançamento de fintas para pagamento da abertura da rua não era uma realidade nova no Porto: quase um século antes em 1437 (Ferramosca, 1998), uma outra finta fora lançada para o pagamento de outra rua. Infelizmente não foi feita qualquer lista de nomes na cidade, sendo apenas registado o total pago; pode-se, no entanto, a partir desses dados fazer uma comparação e mostrar uma hipotética evolução da população da cidade.

No entanto queremos fazer uma ressalva muito importante: a questão dos critérios metodológicos utilizados pelos escrivães da época é um problema, assim como a sua fiabilidade. Decidimos para melhor exemplificar essa problemática, elaborar uma tabela com os valores retirados de duas fontes diferentes para as mesmas circunscrições em períodos cronológicos muito próximos para assim comparar os dados demográficos e mostrar o problema que implica trabalhar com fontes diversas: por um lado o livro da rua das flores e por outro, o numeramento de 1527.

Circunscrições	Contribuintes e isentos no Livro da Rua das Flores	Fogos no Numeramento de 1527
Couto de Pedroso	87	148
Couto de Avintes	79	93
Couto de Grijó	75	88
Julgado de Gondomar	230	286
Couto de Bustelo pertence (atualmente a Penafiel)	48	111
Couto de Fonte de Arcada (no numeramento aparece como comenda de Fonte de Arcada - atualmente pertence a Penafiel)	61	62
Couto de São João da Foz	226	286
Julgado de Refojos	739	1059
Honra de Frazão (atualmente pertence a Paços de Ferreira)	96	121

Tabela 1 – Comparação dos valores populacionais no livro da rua das flores e no numeramento de 1527.
 Fonte: A tabela foi criada pelo autor com os dados disponíveis em duas fontes diferentes, por um lado, o livro da rua das flores e por outro a tese de João Alves Dias (1996) que contém os valores populacionais do numeramento de 1527.

Como já referimos antes, o livro da rua das flores terá sido elaborado entre 1521 e 1527; o numeramento entre 1527 e 1532; isso significa que na melhor das hipóteses podem ter registos do mesmo ano, na pior, podem ter uma diferença de 10 anos (o que já é considerável). O que observamos é que se obtém contagens muito diferentes com o numeramento a ter números muito mais elevados (com uma exceção, o Couto de Fonte de Arcada que tem números estranhamente semelhantes). Não negando que se os livros forem de anos diferentes, fenómenos como migrações ou picos de nascimentos de uma vintena de anos antes se refletissem no período do numeramento e possam alterar os dados, parece-nos que as discrepâncias se devam sobretudo a formas de contar diferente, pois o primeiro livro é uma fonte fiscal logo procura abarcar quem contribui (ou potencialmente o poderia fazer com a justificação da sua isenção) e o segundo pretende registar os fogos, logo provavelmente mais gente (a começar pelos clérigos e nobres que são os grandes ausentes do livro da rua das flores, mas provavelmente outros casos de que ignoramos de todo). São assim duas realidades diferentes; é certo que a maioria dos contribuintes do primeiro livro correspondem provavelmente a fogos também (e no quadro fazemos na prática essa comparação de dados como se fossem), mas não são efetivamente as mesmas realidades descritas. Assim, os números do livro da rua das flores têm de ser encarados com cautela: eles não representam números absolutos de fogos, mas dão uma ordem de grandeza.²

Perfil social e demográfico por ruas

Vamos agora apresentar os valores para as diferentes circunscrições da cidade. Como dissemos anteriormente, essas divisões oferecem-nos dificuldades de interpretação, pois elas abarcam zonas da cidade, que estão resumidas a “da porta “A” à porta “B” (ou por vezes da rua “A” à rua “B”) ignorando nós quais as numerosas ruas intermédias que eram abarcadas nessa designação. Isso reduz infelizmente a qualidade da informação obtida sobre essas circunscrições, assim como já dissemos, o facto de alguns nomes estarem ilegíveis.

Na tabela seguinte, iremos apresentar os valores percentuais de cada grupo fiscal dentro de cada circunscrição, para assim permitir comparar o nível de riqueza das diferentes circunscrições.

² Não fizemos a mesma comparação entre os valores da rua da Flores e o numeramento para a cidade do Porto, porque o numeramento não tem números para a população intramuralhas, mas soma esta com a de parte do termo, o que torna inviável a comparação.

Circunscrições	cidadãos	pobres	viúvas	não paga	inteiros	cabaneiros
Porta da Lingueta até (ilegível)	10%	0%	7%	6%	56%	20%
Porta (ilegível) até porta dos banhos	13%	0%	6%	2%	64,5%	13,5%
Porta da ribeira até porta de cimo de vila	9%	2%	3%	17%	34%	33%
Porta da lingue- ta até porta Lada	0%	2%	1%	5%	55%	36%
Porta da virtu- de até (ilegível)	26%	1%	4%	11%	45%	13%
Rua de S. Nicolao à porta nova	13%	0%	2%	16%	53%	16%
Rua de S. Nicolao à rua nova	24,7	2,6	5%	19%	24,7%	23%
Rua das Congostas até ao largo de S. Domingues	3,7	0%	1,5%	18,8%	58,6%	17%
Largo de São Domingos à porta do Olival	6,7%	0,75%	0,75%	7,5%	58,65%	25,5%
(Ilegível)	3%	4%	0%	10%	60%	23%
Rua de S. Miguel até (ilegível)	0%	3%	1%	4%	76%	16%

Tabela 2 – Grupos fiscais da cidade. Fonte: elaborada pelo autor

Ao analisar os pagamentos, podemos constatar que existiam diferenças de riqueza em diferentes partes da cidade. Em determinadas circunscrições como a da rua de São Nicolao até à rua nova só os cidadãos chegavam a 25% dos habitantes (o que era expectável, dado que a rua nova fora construída com diversas preocupações urbanísticas, sendo ampla, e com edifícios com bons materiais). Poderia mesmo suceder que esses cidadãos se concentrassem numa única rua e deixando os outros não cidadãos em ruas vizinhas

que fariam parte da circunscrição (mas reconhecemos que não temos forma de comprovar isso). Notamos assim que as ruas com maior percentagem de cidadãos são as do sudoeste: porta dos Banhos, porta da Virtude, rua de São Nicolao à porta Nova e rua de São Nicolao à porta Nova.

Pelo contrário, na rua de São Miguel só existiam contribuintes e pobres (não arriscamos muito ao justificar isso com o facto de ser na zona da antiga judiaria, o que a tornaria uma zona menos nobre evitando as elites residirem aí, ficando provavelmente os cristãos-novos a continuar aí a viver).

Na tabela três, iremos mostrar qual o valor percentual que as circunscrições representavam em relação ao total da cidade e os números absolutos para assim ver quais as zonas geográficas mais povoadas da cidade.

Circunscrições	% em relação à cidade	Números absolutos
Porta da Lingueta até (ilegível)	9%	129
Porta (ilegível) até porta dos banhos	9,1%	130
Porta da ribeira até porta de cimo de vila	9,4%	134
Porta da lingueta até porta Lada	11,3%	164
Porta da virtude até (ilegível)	8,3%	119
Rua de S. Nicolao à porta nova	8,9%	128
Rua de S. Nicolao à rua nova	7,9%	113
Rua das Congostas até ao largo de S. Domingues	9%	129
Largo de São Domingos à porta do Olival	9,3%	133
(Ilegível)	10,3%	148
Rua de S. Miguel até (ilegível)	7%	100

Tabela 3 – Percentagem de habitantes por circunscrição. Fonte: elaborada pelo autor

Apesar das falhas da identificação das ruas, notamos que existe uma maior incidência na existência de circunscrições na zona ribeirinha com pelo menos 5 divisões identificadas- porta da Lingueta (esta servindo de ponto de partida para dois outros pontos), porta dos Banhos, porta da Ribeira (esta é um caso um pouco diferente, dado que abarca uma imensa área), porta Nova, restando 6 para o resto da cidade (e algumas destas circunscrições

ilegíveis podem ser também nas imediações do rio). Ou seja, embora as divisões administrativas, tenham valores semelhantes em populações (a amplitude vai de 7% para 11,3%), a zona que convivia nas proximidades do Douro era mais densamente povoada que o resto da cidade.

Os números da cidade

Temos um total de 1425 pessoas registadas. Se equiparmos cada uma dessas pessoas registadas a um fogo e considerarmos um valor médio de 4,5 habitantes por fogo, obteremos um valor aproximado de 6500 habitantes para a cidade; este valor é apenas teórico, porque não temos forma de o comprovar; as 1425 pessoas registadas, sim.

Desse valor total, 1077 (75,5) são contribuintes e 371 (24,5%) são isentas de pagamentos.

Dos contribuintes totais, os inteiros correspondem a 53,4% e os cabaneiros são 22,1% do total. A proporção entre inteiros e cabaneiros entre si é de 69,8% para o primeiro e 30,2% para o segundo. No termo, a proporção entre os dois grupos é de 82% e 18%, o que mostra um maior número de cabaneiros na cidade (quase o dobro). Isso significa que existia uma maior proporção de pessoas que na cidade tendo algum rendimento, não conseguiam ter o suficiente para serem registadas como inteiras.

É possível dividir os isentos em diferentes categorias (ao contrário do que sucedia no termo, em que apenas surgiam os isentos por pobreza). Os cidadãos representando a elite da cidade são 9,5%. As viúvas dos cidadãos são bastante menos com 2,7%; os pobres são 1,4%. finalmente os que não pagam e que ignoramos o motivo são 10,7%.

Uma parte substancial da cidade por um motivo ou por outro estava livre do pagamento da finta; entre cidadãos e viúvas temos mais de 14%, ao contrário do que sucedia no campo; se acrescentarmos os que não contribuem (mas de que ignoramos o motivo), obtemos 1/4 dos habitantes.

Custo de vida

Decidimos fazer uma breve comparação do que representaria o valor de 15 reais em salários e bens. Começamos com um problema: não temos a certeza da data do livro que varia entre 1521 e 1527 e em 6 anos muita coisa pode mudar (sabemos que em 1521 e 1522 houve falta de cereais no

Porto, mas 1527 foi um ano de relativa abundância, e pagar um imposto num ano de fome ou de preços baixos é radicalmente diferente (Dias, 1998, pp. 11-52)). Por outro lado, não existem dados para os salários e preços no Porto; fomos então obrigados a utilizar os de outras cidades e decidimos utilizar o ano de 1527, o único em que conseguimos obter informações para diferentes preços e salários; temos consciência que utilizar os dados de outras cidades corre o risco de distorcer a realidade, mas consideramos que apesar de tudo a comparação pode ser útil³.

Assim, diariamente em Lisboa um trabalhador não especializado ganharia 32,5 reais; um pedreiro consideravelmente mais, 55 reais. Em Coimbra em trabalhador não especializado 30 reais (um pouco menos que Lisboa, o que faz sentido porque a capital deveria ter um custo de vida superior), um carpinteiro 50 reais.

Em Lisboa com 8,7 reais comprava-se 1 kg de bife, por 10,9 reais 1 kg de carneiro ou de porco; com 1,9 real comprava-se 1 l de cevada; para o vinho só temos o preço de 1524 que é de 5,2 reais por litro (o preço seguinte, de 1532, é de 5,4 por litro, portanto o preço em 1527 não deveria andar longe destes valores); para o carvão temos o preço de 1525 (que é o mesmo de 1528) que é 0,2 reais por kg.

Em Coimbra com 1,9 real comprava-se 1 litro de cevada (o mesmo que em Lisboa). Com 2,3 comprava-se 1 litro de centeio, com 3,8 comprava-se 1 litro de trigo.

Assim, o valor da finta era o equivalente a metade do salário de um trabalhador não especializado. À partida não parece muito, mas se imaginarmos que para além dos produtos com preços disponibilizados aqui, haveria outros alimentos assim como diversas despesas (alojamento, roupa, impostos e taxas, filhos para alimentar), essa finta suplementar seria complicada de gerir, sendo ainda pior ainda num ano de carestia.

Evolução da população

Um século antes fora lançada uma finta (1438), com o mesmo propósito de construir uma rua (Amaral & Duarte, 1985). Foram registados os contribuintes inteiros, cabaneiros e numerosas outras informações (os falecimentos,

³ Para poder fazer essas comparações, utilizámos os dados do projeto "Prices, Wages and Rents in Portugal (1300-1910)": (http://pwr-portugal.ics.ul.pt/?page_id=56); (Palma & Reis, 2018); (Costa & Reis, 2015).

os números dos que mudaram de estatuto de contribuinte, a respetiva justificação). No entanto nessa finta não foram registados o número de habitantes (ou os nomes) na cidade do Porto, apenas o valor total pago (Ferramosca & Duarte, 2001); ora como no livro da rua das flores temos o número de habitantes (e contribuintes), em princípio bastaria comparar o valor pago em ambas as fintas para com alguns cálculos obter a evolução da população.

Decidimos assim, utilizando diversas informações do livro de 1527 extrapolando-as para o de 1438 (a proporção de inteiros e cabaneiros, a percentagem de isentos), para assim obter o quadro da população.

Infelizmente deparámo-nos com diversos problemas: é que enquanto no livro da rua das flores o valor base é de 15 reais (e metade para os cabaneiros), um século antes diferentes povoações pagavam 30 reais ou 21 de valor base para os inteiros (e metade respetivamente para os cabaneiros); qual destes valores se deveria selecionar para a cidade do Porto? Pareceu-nos pouco provável que a cidade fosse impor o valor de tributação mais elevada para os seus residentes, portanto o valor de 21 reais (e de 10,5 para os cabaneiros) faria mais sentido; exceto que matematicamente os valores não batem com o total pago, enquanto com valores de 30 reais (e 15 de cabaneiros) sim (a menos que na cidade do Porto se pagasse um outro valor por nós desconhecido e que não ficou registado)⁴.

Outra diferença: a judiaria estava registada à parte no livro de 1438 (embora fosse dentro do espaço da muralha); essa zona que aparece no livro da rua das flores como “rua de São Miguel” está incluída na cidade. Ora para poder fazer uma comparação válida da evolução entre os dois períodos, tivemos de excluir a rua de S. Miguel (dado que mais uma vez não sabemos quanto era o valor pago pelos judeus individualmente em 1438 nem o seu número).⁵

Um dado bastante dúbio é o da proporção de contribuintes inteiros e cabaneiros: em 1527 estes representam cerca de 30% dos contribuintes. Seria assim também em 1438? Como já dissemos anteriormente, em um século muita coisa pode mudar. No entanto iremos utilizar essa proporção para 1438.

O mesmo problema se passava com os isentos: existiriam eles em tal número antes do reinado de D. Afonso V? Decidimos calcular a população com esse número de qualquer modo.

⁴ O valor do real variou com o tempo. Em 1437 teria 0,307 gramas de prata, em 1527 cerca de 0,59. Portanto os 30 reais de 1438 acabavam por ter um valor semelhante aos 15 de 1527, se ignorarmos outros fatores (Ferreira, 2007).

⁵ Existia outro potencial problema: desconhecemos com rigor o modo como o édito de expulsão dos judeus afetou a comunidade.

Temos plena consciência que utilizar fontes fiscais com um século de diferença tem riscos: não há certeza de que as metodologias de contagem fossem iguais. Mesmo na mesma época, era fácil os valores variarem (como já indicámos anteriormente na comparação do livro da rua das flores e numeramento).

Para 1527 temos 985 contribuintes (uma vez excluídos os habitantes da Rua de São Miguel) e 340 isentos (respetivamente 74% e 26%).

Em 1438, a cidade pagou 10800 reais. Partindo do princípio de que os cabaneiros representariam um valor aproximado de cerca de 30% (tal como em 1527), mas sem nos preocuparmos demasiado com este valor de forma absoluta e em vez disso que o dinheiro pago no total batesse certo, obtivemos 280 contribuintes inteiros (que pagando 30 reais cada, daria 8400 reais) e 160 cabaneiros (que pagando 15 reais cada daria 2400 reais; somados os dois valores, obtemos a soma de 10800 reais) e um total de 440 contribuintes. Com este valor, podemos calcular o crescimento para 1527 em 123%, ou seja, a cidade mais que duplicou (é necessário atender ao período de profunda depressão em que o país estava em 1438 (Oliveira Marques, 1987). Podemos somar ainda cerca de 160 isentos (para perfazer os 26% de isentos como no livro da rua das flores), o que daria uma população de 600 entre contribuintes e isentos (cerca de 2700 fogos).⁶ Estes valores são muito inferiores às estimativas que foram feitas por outros autores (Andrade et al., 1990).

De qualquer modo, o crescimento que aqui calculámos é superior ao detetado nas povoações do termo que é de 87%.

Estes valores como já referimos, partem de muitos pressupostos que podem estar completamente errados á partida. No entanto decidimos efetuar este exercício na mesma para dar uma estimativa do que poderia ter sido o crescimento da cidade.

Conclusão

Tendo sido lançada uma finta para pagamento dos custos da construção de uma rua na cidade do Porto por ordem de D. Manuel, foram registados os contribuintes, assim como os isentos, estando a cidade dividida em diver-

⁶ De qualquer modo, decidimos fazer uma simulação com a cidade a pagar 21 reais por inteiro e 10,5 por cabaneiro e os valores (não batendo o pagamento total com o que foi declarado por uma diferença de 4 reais) são obviamente diferentes: temos 400 inteiros e 229 cabaneiros, dando à volta de 629 contribuintes; se acrescidos dos isentos (270 para dar os 26%), temos um crescimento de 71% num século (um pouco mais parecido com o termo). Vale o que vale, a partir de contas que não batem certas à partida.

sas circunscrições. A zona ribeirinha e as suas imediações eram de forma geral as mais prósperas e densamente povoadas. Os números que obtivemos rondam os 1250 fogos, o que daria cerca de 6500 pessoas; o entanto, a ausência dos clérigos nesta contagem (e talvez alguns familiares e dependentes), significa que os números seriam provavelmente superiores.

Embora sem poder dar certezas absolutas, o crescimento da população da cidade deve ter ultrapassado os 100% no período de 1438 a 1527, números que acompanham a tendência que é apontada para o país.

Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico do Porto/Casa do Infante [Porto]. (1438-1440). Livro da Receita da Rua Formosa, código parcial 2213.

Arquivo Histórico do Porto/Casa do Infante [Porto]. (1521-1526), Livro da finta para pagamento das despesas que se hão-de fazer na rua nova das Flores, código parcial 2215.

Estudos

Afonso, D. (2012). *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Amaral, L., & Duarte, L. (1985). *Os homens que pagaram a rua nova*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de História da Universidade do Porto.

Andrade, A., Gonçalves, I., & Oliveira Marques, A. H. (1990). *Atlas de cidades medievais portuguesas* (Vol. I). Instituto Nacional de Investigação Científica.

Bourdieu, P. (2014). *Sobre o Estado: Curso no Collège de France (1989-1992)*. Edições 70.

Costa, L., Palma, N., & Reis, J. (2015). The great escape? The contribution of the empire to Portugal's economic growth, 1500-1800. *European Review of Economic History*, 19(1), 1–22.

<https://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/17891/wp1307.pdf?sequence=1>

Dias, J. (1996). *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na 1ª metade do séc. XVI)* (Vol. I). Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Dias, J. (1998). A população. In J. Serrão, & A. H. Oliveira Marques, *Nova História de Portugal* (pp. 11–52). Editorial Presença.

Ferramosca, F. (1998). *O Porto Medieval e o seu Termo segundo o livro da Rua Nova*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Ferramosca, F. (2021). Entre a Idade Média e Idade Moderna: a evolução demográfica do Termo do Porto. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 34(2), 49–68. https://doi.org/10.14195/2182-7974_34_2_3
- Ferramosca, F., & Duarte, L. M. (2001). *Livro da Abertura da Rua Nova*. Patrimonia Historica, Cascais.
- Ferreira, S. (2007). *Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Fossier, A., Petitjean., J., & Revest., C. (2019). *Écritures Grises: Les instrument de travail des administrations (XII-XVII siècles)*. Écoles nationale des chartres, Écoles françaises de Rome.
- Machado, M. (1997). *O Porto de D. Manuel a S. João III (1518-1530)*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Oliveira Marques, A. H. (1987). A população. In J. Serrão, & A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal: Portugal na crise dos séc. XIV e XV: Vol. IV*, (pp. 15–45). Editorial Presença.
- Oliveira, J. (1973). *O espaço urbano do Porto*. Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos.
- Palma, N., & Reis, J. (2018). From convergence to divergence: Portuguese economic growth, 1527-1859. *Journal of Economic History*, 79(2), 477–506. https://ehes.org/wp/EHES_137.pdf
- Rodrigues, T., Moreira, M., Sousa, J., & Henriques, F. (2008). *História da população portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade*. Edições Afrontamento.
- Santos, M. (2010). *A rua nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

